



Psicologia Clínica

ISSN: 0103-5665

psirevista@puc-rio.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio de
Janeiro
Brasil

Firno de Oliveira Cruz, Walter; de Camargo Viana, Terezinha
Limites - a questão do manejo clínico hoje
Psicologia Clínica, vol. 24, núm. 2, junio-diciembre, 2012, pp. 27-41
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rio De Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=291025271003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

LIMITES – A QUESTÃO DO MANEJO CLÍNICO HOJE

Walter Firmo de Oliveira Cruz*

Terezinha de Camargo Viana**

Resumo

Objetiva-se refletir sobre a necessidade de transformação na técnica psicanalítica, considerando o intrapsíquico e o intersubjetivo. A frequência de insucessos nos atendimentos indica a necessidade da discussão de novos parâmetros. A forma de abordar o tema buscou ultrapassar fronteiras entre as escolas psicanalíticas. Procurou-se caracterizar as manifestações subjetivas contemporâneas articulando-as às condições de oferta do trabalho analítico, visando eventuais ajustes no manejo clínico.

Palavras-chave: enquadre analítico; subjetividade contemporânea; estados-limite; manejo clínico.

Abstract

LIMITS – THE ISSUE OF CLINICAL MANAGEMENT TODAY

This article offers a reflection on the need for change in psychoanalytical technique to account for intrapsychic and intersubjective processes. The failure rate in psychotherapeutic practice indicates that new criteria need to be discussed. Approaches to this topic sought to cross borders between different psychoanalytical schools of thought. Contemporary subjective manifestations were characterized and linked with the terms of offer of analytical work to suggest possible changes in clinical management.

Keywords: analytic framework; contemporary subjectivity; borderline; clinical management.

* Serviço Social, UNIPAMPA – Campus São Borja, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: cruz.w@uol.com.br.

** Instituto de Psicologia, UnB, Brasília, Brasil. E-mail: tcviana@unb.br.

Introdução

Questões postas pela subjetividade contemporânea têm interrogado profissionais do universo *psi* de uma maneira geral e, em particular, psicanalistas: uma aparente nova economia psíquica (Melman, 2003, 2008, 2009) ou nova forma de estabelecer relação com o objeto, cujas evidências estariam obliterando a existência do sujeito freudiano, confrontado com a castração e produzido a partir dos efeitos do recalque. Quer a partir da concepção pulsional apresentada por Freud e retomada em Lacan, quer no âmbito das relações de objeto, caras a pós-freudianos como Klein, Winnicott e Bion, percebe-se especialmente através das manifestações clínicas contemporâneas os contornos de uma problemática sobre um “novo sujeito”. Este artigo busca então caracterizar elementos destas manifestações contemporâneas para, num segundo momento, refletir acerca dos limites técnicos e éticos da psicanálise ao lidar com estas novas formas de ser, considerando tanto características intrapsíquicas quanto intersubjetivas (relacionais). Especificamente, esta discussão sobre a compreensão da técnica vem sendo desenvolvida especialmente pelos psicanalistas que têm se debruçado em estudar as patologias caracterizadas como *borderline* ou “estados-limite”. Entretanto, propomos aqui uma ampliação deste conceito na medida em que este “vasto território” (Green, 1988) ocupa cada vez mais “espaço” nos consultórios, forçando modificações no manejo e, eventualmente, na ética psicanalítica (Lacan). Assim, interrogamos sobre as manifestações da subjetividade na contemporaneidade e as possíveis transformações na clínica psicanalítica.

Colocação da questão

A partir de novas problemáticas colocadas, testemunhamos o estreitamento de espaços e mesmo das condições de trabalho, exigindo novos entendimentos e proposições. Roudinesco (2000, p. 19) escreve: “Condenado ao esgotamento pela falta de uma perspectiva revolucionária, ele busca (o sujeito) na *droga* ou na religiosidade, no higienismo ou no culto a um corpo perfeito o ideal de uma felicidade impossível”. Ultrapassa os impasses decorrentes das questões tidas até então como cruciais da existência (transmissão, finitude, sexo): o sujeito deste início de século fabrica suas respostas a partir de novas formas de ser no mundo. Cria, cultiva (por vezes cultua) e consome seu objeto de alívio, ainda que seus efeitos não ultrapassem um momento. Melman (2003) diz que na condição sub-

jetiva contemporânea o sujeito não recebe mais sua mensagem do Outro, mas do consenso social, da opinião. Ou seja, regida pelo gozo.

Sabemos que o trabalho de Freud foi de grande sensibilidade ao conseguir captar aquilo que se constituía como mal-estar na sociedade do século XIX. As possibilidades de surgimento da psicanálise vieram justamente desta sua capacidade de perceber no murmúrio produzido então pela histeria algo que não encontrava meios de expressão na cultura, e que, devido à psicanálise, assumiu um caráter emancipatório que atingiu não somente as pessoas que diretamente dele se beneficiaram, mas a sociedade como um todo.

A psicanálise criou seus dispositivos de trabalho e caracterizou o tratamento psicanalítico. Tratamento este que, como Freud (1919/1976a, p. 208) mesmo afirmava, exige condições bastante específicas: “A nossa técnica desenvolveu-se no tratamento da histeria e ainda é dirigida, principalmente, à cura daquela afecção”.

Entretanto, a variedade de psicopatologias vem, ao longo de décadas, exercendo pressão sobre os limites do enquadre analítico, gerando, segundo Green (2008), duas tendências: uma, preocupada em manter *o corpus* da psicanálise, situará as práticas emergentes fora do campo analítico. É o que acontece, por exemplo, com a psicossomática, que passa a constituir um novo campo, ainda que com suas bases psicanalíticas. A outra vertente procurará situar os novos sintomas no interior da experiência analítica, trabalhando no sentido do alargamento de seus limites.

Assim, perguntamos: o que hoje se apresenta como murmúrio? O que hoje não encontra meios para se expressar já que violência e sexo tornaram-se possíveis (e perceptíveis) em todo lugar? A aceleração das novas tecnologias fornece ao homem possibilidades de satisfação imediata das necessidades, modelos que ativam uma ilusão de que as pulsões e os desejos não têm obstáculo para serem gratificados. Perversos realizando enfim o sonho neurótico? Ou se trata de estados-limite, indicando assim um percurso na direção da psicose? O que significa falar de uma *clínica do vazio*, marcada pelas configurações do narcisismo na contemporaneidade? Além disso, com frequência escutamos que o analista deve escolher um enquadre mais adequado para o paciente.

Estendemos aqui essa discussão ao fato de que as próprias condições de trabalho analítico frequentemente encontram-se ameaçadas não só pelas questões intrapsíquicas de seu paciente, mas também por suas possibilidades de atuação: pensamos em realidades de tratamentos em que, por exemplo, apesar dos pagamentos efetuados através de convênios, das dificuldades relativas à frequência das sessões e das exigências impostas por instituições (especialmente sobre a duração da sessão), é buscada como referência a psicanálise.

Frequentes são as interferências sobre o trabalho do analista, promovendo, em muitos casos, um desinvestimento, uma desistência do trabalho propriamente analítico. Se há de um lado questões impostas pelos estados-limite e especialmente pelas patologias narcísicas na contemporaneidade, temos, ao mesmo tempo, as limitações surgidas em decorrência do avanço da psicanálise sobre terrenos que até então lhe eram inacessíveis e que extrapolam a autonomia do analista sobre o *setting*. Um ideal e um possível.

Subjetividade contemporânea, um exemplo: o fenômeno *otaku*

Otaku é uma palavra de difícil tradução. O jornalista francês Étienne Barral (2000), em seu livro *Otaku – os filhos do virtual*, expõe esta dificuldade, relatando algumas tentativas não muito bem-sucedidas. Segundo sua pesquisa (Barral vivia há muitos anos no Japão), o termo *otaku* não é novo na língua japonesa, sendo empregado tradicionalmente no sentido de designar o lugar onde se vive e, por extensão, uma forma de tratamento mais distante, impessoal, de quem não deseja aprofundar um relacionamento (algo do tipo “como estão em casa?” ou, como costumamos usar no Brasil, “como vai a família?”).

Por outro lado, desde o início da década de 80 do século passado dá-se o nome de *otaku* à pessoa que tem certa aversão a aprofundar relações, preferindo permanecer a maior parte do tempo em sua casa (se possível em seu quarto). Uma pessoa vista como alguém que vive imerso em um universo de fantasia, repleto de heróis, *animes*, *mangas*, ou bonecos. É descrito como fetichista, tímido, colecionador e, acima de tudo, amante de novas tecnologias.

Embora este emprego do termo tenha surgido em 1983 pelo ensaísta Akio Nakamori, disseminou-se por todo o Japão a partir de 1989, por ocasião de assassinatos de meninas ocorridos em série atribuídos a um “otaku”.

Hoje a utilização do termo se espalhou pelo mundo: uma consulta a *sites* de relacionamentos como *Facebook* ou *Twitter*, por exemplo, mostram uma infinidade de comunidades e pessoas ligadas ao assunto. O sentido da expressão sofreu alterações ao se globalizar e passou também a designar aqueles que idolatram determinados aspectos da cultura japonesa. Porém, mais do que esse fetichismo pela cultura oriental, em sua concepção original o *otaku* manifesta um mal-estar e uma tendência que extrapola fronteiras.

O Brasil apresenta algumas peculiaridades dignas de nota: pesquisa realizada pela consultoria Nielsen¹ constata que o país é campeão de uso de sí-

tios de relacionamento. Segundo os dados divulgados, 80% dos brasileiros que navegam na internet estão ligados aos sítios chamados de “comunidades de membros”. Além disso, os usuários de internet brasileiros também são os que passam mais tempo neste tipo de sítio – quase um a cada quatro minutos de navegação. Depois do Brasil, seguem Espanha, Itália e Japão, com 75%, 73% e 70% respectivamente. O relatório da pesquisa diz ainda que as “comunidades de membros” são hoje mais populares do que o correio eletrônico, com 66,8% de alcance global, e figuram no quarto lugar entre os recursos mais utilizados na internet (ferramentas de busca, comunidades de interesse geral e *sites* de fabricantes de programas). Outra pesquisa², com dados relativos ao ano de 2011, mostra que o número de brasileiros usuários do *facebook* aumentou 298% em apenas doze meses, passando de 8,8 para 35 milhões de usuários. Para fins comparativos, o segundo país a ter maior crescimento no número de usuários neste mesmo período foi a Índia, com incremento inferior à metade do brasileiro: 139,5%.

A evidência dos dados configura uma grande transformação nas formas de estabelecer e manter relacionamentos, atingindo principalmente as novas gerações. Uma revolução silenciosa pode-se dizer.

Constituindo uma subcultura, uma forma de escape que não confronta determinantes sociais e ideológicos, os *otakus* vêm despertando o interesse das instituições frente às quais, aparentemente, se rebelam. São alvo especialmente de empresas de tecnologia: estão em seus quartos, mas também nos escritórios, sendo indicadores de comportamentos e tendências de mercado. Ao mesmo tempo que surgem fruto de um mal-estar na sociedade em que vivem, estão absolutamente sintonizados com ela, mesmo que se negativando e aparentemente resistindo a entrar no mundo adulto, produtivo e formal.

O fenômeno *Otaku* aponta para o surgimento de uma geração que cresceu assimilando as mídias e hoje as utiliza como seu *habitat*. Um mundo fantasioso e rápido, de gratificações imediatas tão descartáveis quanto pode ser qualquer moda.

Embora estejamos tomando em destaque *um* evento específico da subjetividade contemporânea, é evidente que há mudanças importantes ocorrendo em todos os contextos. Poder-se-ia estabelecer um grande corolário de novas manifestações da subjetividade e mesmo do sofrimento psíquico nos dias de hoje, como aqueles que dizem respeito às novas configurações dos casamentos e das relações afetivas, à vida profissional, às identidades sexuais, ao lugar das ideologias e às transmissões do saber. Mas também: à banalização da violência e do consumo de drogas lícitas ou ilícitas, que aparentemente tornam qualquer tipo de sofrimento

humano doença passível de ser medicalizada. Há uma sensação de que o objeto pode ser encontrado, produzido, comprado, consumido, sendo o sofrimento algo puramente negativo, esvaziado de qualquer valor. Lacan (1959-1960/1988, p. 381) dizia em seu Seminário sobre a ética que “uma parte do mundo orientou-se resolutamente no serviço dos bens, rejeitando tudo o que concerne à relação do homem com o desejo”. Embora na época estivesse se referindo ao comunismo, suas palavras guardam uma atualidade.

O atravessamento das escolas

Na complexa rede psicanalítica, repleta de cisões, cada corrente enfatiza aspectos ou sugere leituras particulares da obra freudiana. Criam-se multiplicidades que contribuem para a fragmentação do pensamento psicanalítico na atualidade, a ponto, inclusive, de afetar sua credibilidade (Green, 2008). Parte-se da pulsão em direção à teoria das relações de objeto. Neste percurso o *self* acaba assumindo um lugar de destaque até que finalmente chega-se à compreensão de que o objeto é, antes de tudo, outro sujeito, o que chamamos de intersubjetividade (em suas diversas variações, conforme indica Figueiredo, 2006). As cisões marcaram profundamente a história do pensamento psicanalítico em todos os seus momentos, gerando uma multiplicidade de escolas e pontos de vista. Hoje se pergunta se o movimento intersubjetivista seria um prolongamento do pensamento freudiano ou se estamos novamente diante de uma ruptura que acaba igualando a psicanálise às demais teorias psicológicas: motivos para novas dispersões.

Na perspectiva apresentada por Figueiredo (2009), o surgimento das diferentes escolas psicanalíticas teve na história do movimento sua importância no avanço de questões teóricas e na expansão do campo. Ao preço de certa dose de dogmatismo, as figuras centrais das escolas fizeram gravitar em torno de si uma constelação de grupos com profunda reflexão: “As disputas e mesmo um certo fechamento, potencialmente dogmático, propiciaram elaborações extraordinariamente fecundas dentro de cada uma e de todas as correntes. A era das escolas teve, evidentemente, seu momento de glória, sua razão de ser” (Figueiredo, 2009, p. 12).

Diante deste mosaico de escolas, consideramos que autores como Green ocupam hoje um lugar diferenciado, do qual procuramos nos aproximar. Green (2008) apresenta-nos um ponto no pensamento freudiano que necessita ser submetido a um processo revisional: é justamente o mesmo que acabou

contribuindo para a dispersão no campo psicanalítico, a partir das construções sobre o objeto:

Trata-se da ausência de uma referência suficiente à resposta do objeto na estruturação da psique. Isto foi o que motivou a defesa das teorias relacionais (relações de objeto, intersubjetividade) e não resta dúvida que o ponto de vista relacional ganha ao ser reforçado dentro do arcabouço teórico de Freud (Green, 2008, pp. 139-140).

Sabemos hoje o quanto o conceito de objeto interno possibilitou novas compreensões acerca da sexualidade. Se em Freud encontramos o objeto da pulsão como algo indefinido, variável, mas sempre como externo ao sujeito (real ou fantasmático), a teoria das relações objetais é um marco importante, assumindo, para muitas escolas, a condição de objetivo da análise: o objeto interno confere ao externo uma conotação própria do sujeito. Compreensão que, sabemos, passa longe do consenso. Para Lacan, por exemplo, o conceito de objeto parcial seria insuficiente para explicar a lógica do falo no inconsciente. Neste sentido a pulsão estaria referenciada no *real*, ao vazio, àquilo que não faz sentido. Retomando Freud, diz que “uma nostalgia liga o sujeito ao objeto perdido, através do qual se exerce todo o esforço de busca. Ela marca a redescoberta do signo de uma repetição impossível, já que, precisamente, este não é o mesmo objeto, não poderia sê-lo” (Lacan, 1956-1957/1995, p. 13). Assim, a falta que constituiria o objeto da pulsão seria a mesma que constitui o núcleo real do inconsciente, em torno da qual se *estrutura* o simbólico. Lacan, posteriormente (1966/2008), chamou este objeto perdido, o objeto da pulsão, de objeto *a*, objeto causa de desejo. É a partir da noção de Real que este objeto precisa ser pensado. Isto é, a dimensão que surge da falta deste.

Se para Lacan o objeto é estruturante, não carece de ligação – portanto, anterior ao recalque –, os teóricos que valorizam as relações de objeto irão se ocupar justamente dos processos de simbolização e elaboração das angústias. O papel da ligação na teoria freudiana, que inicialmente se limitava à passagem dos processos primários a secundários, na segunda tópica, com “Além do princípio do prazer” (Freud, 1920/1976b), será a própria condição de expressividade do inconsciente. Há uma série de dificuldades pouco esclarecidas por Freud até mesmo na ligação entre pulsão de vida e pulsão de morte. Neste sentido o ego poderia assumir um lugar de grande importância, pois seria o responsável por dar “liga” ao que aparentemente encontra-se disperso. Enfim, a falta de clareza de Freud sobre estes aspectos contribuiu para a dispersão das escolas psicanalíticas.

Estas diferentes concepções de objeto certamente tiveram suas consequências sobre a clínica. Em seu artigo “Elementos de uma teoria da interpretação”, Anzieu (1970) apontava já para as consequências sobre a técnica dos diferentes teóricos da psicanálise:

A teoria kleiniana corre o risco de favorecer ou de justificar a contratransferência positiva. Ao contrário, é comum que o recurso a uma teoria e a uma técnica como a teoria e a técnica lacaniana sirva para alimentar uma contra-transferência negativa: o paciente é considerado como um texto a ser decifrado, não como um ser humano se debatendo com seus objetos internos. A noção de Eu é desacreditada uma vez que o desenvolvimento e o reforço do Eu constituem a única via de acesso a um descolamento do aparelho psíquico em relação aos fantasmas destruidores (Anzieu, 1970, p. 800; tradução nossa).

Entendemos que temos duas questões de interesse articuladas: de um lado diferentes perspectivas teóricas que resultaram em formas distintas de intervenção, de outro a questão do sujeito contemporâneo em suas particularidades. Ou seja, a pergunta que retorna é sobre a pertinência dos modelos desenvolvidos pelas diferentes escolas para que possamos pensar a psicanálise nos contextos tão particulares como estes apresentados pelo sujeito na contemporaneidade. Destacamos a importância da questão do método que muitas vezes já esteve no centro das discussões psicanalíticas, gerando inclusive grandes rupturas institucionais e teóricas. O próprio Lacan enxergou nesta questão muito mais uma dimensão ética do que propriamente técnica, o que não deixa de ser uma contribuição valiosa.

A técnica ante os desafios clínicos da atualidade

Até o momento expusemos de forma sucinta aquilo que estamos entendendo como manifestações da subjetividade na contemporaneidade e a questão da dispersão das escolas psicanalíticas e suas consequências na técnica. Chegamos então no ponto de delinear como estamos percebendo os impasses que vêm sendo criados na clínica psicanalítica. Isto é, os limites que vêm sendo impostos ao trabalho justamente por estas formas de organização da subjetividade contemporânea. Nossa prática clínica, em especial com toxicômanos, vem indicando estas formas de construção de relação com objeto que testemunham um encontro *necessário*. Encontro esse que compreendemos como semelhante àquele do sujeito com o objeto virtual, cuja concretude o faz extrapolar o caráter fantasioso.

Hugo Mayer (2004), em um texto de cujo título nos valem para nomear esta parte do trabalho, expõe de maneira bastante clara aquilo que estamos procurando apresentar.

Os frequentes pedidos de mudança de horários, as repetidas ausências e interrupções com as mais variadas justificativas, os atrasos ou a falta de pagamento e as urgências cotidianas que deslocam a associação livre para o último plano foram se tornando o habitual, de modo que aquilo que era o constante da situação analítica transformou-se no variável; o enquadramento insistentemente violado parece então funcionar como um espelho partido, no qual não se podem apreciar nitidamente os personagens que a transferência anima e no qual se tornam imprecisas as fronteiras entre fantasia e realidade, entre interno e externo (Mayer, 2004, p. 82).

Neste sentido, a mera imposição de regras a quem não se encontra em condições de “compreendê-las” nos leva frequentemente na direção de esgotamento do trabalho. É preciso lidar com questões que estão para além da transferência e que dizem respeito aos manejos e às novas possibilidades do enquadre analítico, forçando a construção de novas ferramentas que possam ir além destas concepções que dão evidentes sinais de desgaste.

Esta questão do esgotamento encontra ressonância em outros estudos: Green (2006) observa a existência de um relatório, publicado em 1999, contendo o resultado de uma pesquisa realizada pela IPA com boa parte das sociedades da América do Norte³ e quase todas da América do Sul e Europa. Este relatório conclui que, além das análises consideradas clássicas, todos os analistas fazem psicoterapias individuais e face a face. Estas psicoterapias são definidas como psicanalíticas e constituem o essencial de suas práticas. Além disso, as terapias de casal e grupo estão em importante progressão, justificadas pela escassez de casos de análise.

De certa forma Charles Melman (2008), em *O Homem sem gravidade*, aponta as causas dessas dificuldades: fala da existência de uma nova economia psíquica. Uma proposição que vai levá-lo a duvidar das possibilidades da psicanálise neste novo universo em que “não há mais divisão subjetiva, o sujeito não é mais dividido” (Melman, 2008, p. 27). Em que não haveria, portanto, o sujeito freudiano, aquele da psicanálise.

Ainda segundo o mesmo autor (Melman, 2008), vivemos em uma sociedade que nos impele a explorar todas as situações, a experimentar gozos diversos que constituem o que chama de polissubjetividade: adições, alienação no vir-

tual, multiplicidade de experiências sexuais e profissionais. Mas também falta de ideologias, violência, hiperatividade, importância dos meios de comunicação, decadência dos ritos, endereçamento ao direito e à justiça são alguns dos exemplos apresentados. Em outro texto, Melman (2009) enxerga na raiz destes novos sintomas uma forma de retorno do matriarcado: “a autoridade da mãe não apela à noção de *dever*. Apela a essa dimensão essencial para o exercício do poder, a saber, o amor” (Melman, 2009, p. 226; tradução nossa).

Sofremos hoje diferente; diferente daquilo que impulsionou o surgimento e o fortalecimento das grandes escolas psicológicas. Na chamada sociedade do espetáculo, sofre quem não consegue dar testemunho de sua capacidade de gozar. Nas palavras de Bezerra Jr. (2002, p. 235), “Na sociedade do espetáculo, o anonimato não tem valor positivo. [...]. Na cultura das sensações [...], o mal-estar tende a se situar no campo da *performance* física ou mental falha”. O autor destaca ainda que na atualidade há uma prevalência de quadros sintomáticos ligados aos fenômenos aditivos (que indicam a incapacidade de restringir ou adiar a obtenção de satisfação), de transtornos vinculados à imagem ou à experiência do corpo e de depressões menores (ausência de desejo, motivação ou empenho). Patologias narcísicas; situações (ou estados) limite.

A questão do manejo hoje – conclusões

Partimos do pressuposto de que nem todos aqueles que buscam um tratamento psicanalítico podem dele se beneficiar. Na verdade, sabemos que mesmo esta condição (*o buscar*) com frequência não é observada, uma vez que há o *oferecimento* de um trabalho fundamentado na psicanálise, mas que extrapola em muito suas condições de enquadre ou sua ética. Estamos nos referindo às psicoterapias realizadas especialmente por psicólogos nos mais diversos contextos, públicos ou privados. Assim, não raramente vemos profissionais se debatendo entre aquilo que lhes parece coerente do ponto de vista de uma ética no trabalho e o que efetivamente é factível. Uma espécie de incongruência ocorre, de modo que não se tem a percepção da realização de um trabalho eficaz. Apesar da tentativa de criar condições mínimas para uma escuta, como vimos com Mayer (2004) acima, o fracasso tornou-se habitual.

Mesmo que Freud em 1904 situasse a psicanálise entre as psicoterapias, passamos por um longo momento de oposição entre as psicoterapias psicanalíticas e a chamada psicanálise clássica. Hoje, por outro lado, vemos uma aproximação sendo realizada mais por força do contexto do que propriamente por

entendimento sobre o método. No entanto, não podemos esquecer que ambas as condições estão de acordo sobre os fundamentos: inconsciente, transferência, resistência, recalcamto, sexualidade infantil, complexo edípico, pulsão, etc.

Devemos à escola inglesa a ampliação das fronteiras do método psicanalítico. Foi por meio da compreensão de que os mecanismos bastante primitivos que operam nas psicoses estão presentes também nos sujeitos “normais” que passamos a rever as possibilidades da psicanálise. Por exemplo, Winnicott (2000), que analisou um bom número de pacientes psicóticos e fronteiriços, propôs que, quando o paciente encontra novo ambiente favorável e confiável (regressão à fase de dependência absoluta), o processo de desenvolvimento pode ser retomado. Para o autor, estes pacientes “difíceis” exigiriam flexibilidade em relação ao dispositivo clássico, como certas “liberdades motoras” na sessão (que por vezes necessita ser prolongada), suspensão do processo interpretativo, etc. Em decorrência disso, não raramente criam-se situações em que o analista sente-se um espectador. Nas palavras de Forlenza Neto (2004, p. 313), “o analista experimenta sentimentos de inutilidade e de ser obliterado pelo paciente. Tem sensação de estar perdendo tempo inutilmente e recebendo pagamento sem o merecer”. Vale lembrar ainda que uma flexibilidade em relação ao *setting* analítico também foi proposta por Lacan. No entanto, a radicalidade de suas intervenções acabou por afastá-lo dos quadros da IPA. Este alargamento das possibilidades da psicanálise suscitou a discussão sobre o que, afinal, permanece sendo psicanálise e o que deve situar-se fora do campo.

Hoje, especialmente a partir dos trabalhos de Winnicott, o interesse pelos estados-limite levanta novamente o debate sobre o método. Green (2006) lembra que Freud fundou a técnica psicanalítica sobre um modelo de funcionamento psíquico em referência ao sonho (associação livre, processo primário) e que é evidente que os casos que resistem ferozmente à análise são justamente aqueles que violam este modelo de base.

Assim, somos levados a concordar novamente com Green (2001) que na atualidade o que define de fato a instauração do processo analítico não é mais as questões ligadas às condições de funcionamento mental, sua estrutura, história ou mesmo a nosografia. O elemento definidor da instauração da análise estaria muito mais ligado às condições de suportabilidade do paciente frente ao dispositivo analítico.

Saber se o paciente suporta a ausência, pode prescindir da percepção, pode aceitar não ser respondido imediatamente e diretamente em suas questões, pode se expor à angústia sem buscar a sedação imediata, pode

suportar as tensões pulsionais sem recorrer ao ato, está apto a receber as interpretações de maneira não literal sem experimentar, no final da sessão, não apenas os efeitos desestruturantes do abandono, mas também aquele da fragmentação do eu ou uma clivagem em menor grau (Green, 2001, p. 91; tradução nossa).

Partilhamos vivamente dessa proposição: a ideia de que os elementos definidores de uma análise estejam ligados às condições do paciente de suportar as exigências do processo analítico. Entretanto, como procuramos sustentar aqui, é cada vez maior o número de situações em que, seja por estarmos diante de estruturas não neuróticas (especialmente de fragilidade do envelope narcísico), seja pelas condições em que o analista exerce seu trabalho, a instauração da situação de análise encontra-se prejudicada.

Há uma série de ajustes do dispositivo analítico sendo pensados na atualidade. Roussillon (2005) lembra que se colocarmos uma criança em um divã e pedirmos que associe livremente esta não terá a capacidade adequada. O dispositivo (clássico) também não é adequado a ela. Roussillon (2005) compreende, através das teorias da análise de crianças desenvolvidas por Klein, Anna Freud e outras pioneiras, que este trabalho só foi possível porque se levaram em conta as “condições concretas da simbolização”, já que as crianças não podem ainda se servir do aparelho da linguagem. Foi preciso aceitar e utilizar os modos de comunicação e simbolização disponíveis em sua vida psíquica; modos de simbolização apoiados sobre a percepção e a motricidade.

Smadja (2005) sustenta que diante uma situação de crise (como aquela suscitada pelo trabalho com pacientes difíceis) há três possibilidades de se pensar o método psicanalítico: delimitar estes pacientes como inacessíveis pela psicanálise, criar-se um novo aporte teórico e metodológico ou ainda transformar o método e enquadrar psicanalítico. Freud assume a primeira posição: não se pretendia curar com o estudo psicanalítico os problemas relacionados às neuroses atuais. O segundo é o caso, por exemplo, da psicossomática: uma disciplina autônoma, servindo-se da psicanálise, mas não se identificando com ela. Constrói-se uma nova técnica no qual o terapeuta ocupa uma função materna, numa analogia entre a atitude psíquica do terapeuta e aquela da mãe com seu bebê: “o psicanalista escolhe intervir de maneira global diante seu paciente operatório, associando suas intervenções às palavras, representações, afetos e até mesmo mímicas” (Smadja, 2005, p. 73; tradução nossa).

O terceiro caminho possível é o da transformação do método e do quadro. Um método permanece sendo psicanalítico se consegue produzir mate-

riais inconscientes acessíveis a uma análise do funcionamento mental do paciente. Mais: é preciso revisar a noção de inconsciente e colocá-la numa perspectiva ao mesmo tempo freudiana e contemporânea. Ou seja, segundo Smadja (2005) é preciso levar em conta duas características fundamentais: a teoria das pulsões (fundamental para pensar o funcionamento mental dos pacientes somáticos) e a polaridade intrapsíquico–intersubjetivo (o par analítico). Levando-se em conta estas novas bases, pode-se pensar a abertura da psicanálise. Uma alternativa é o estabelecimento do tratamento face a face, mesmo se correndo o risco de se ter a situação analítica ameaçada. Desta forma, a utilização das psicoterapias que se aproximam do referencial psicanalítico constituiria uma alternativa viável.

Finalmente, queremos enfatizar aqui a importância da reflexão acerca do dispositivo clínico constituído na situação analisante, observando a maneira contundente com que tanto os aspectos de ordem interna, de construção subjetiva dos pacientes, quanto as condições do trabalho analítico na contemporaneidade estão sofrendo modificações. Problematizar este tema e fazer as escolas dialogarem é fundamental para que a psicanálise permaneça ocupando sua função interpretante.

Referências

- Anzieu, D. (1970). Éléments d'une théorie de l'interprétation. *Revue Française de Psychanalyse*, 34(5/6), 755-819.
- Barral, E. (2000). *Otaku – os filhos do virtual*. São Paulo: Ed. SENAC.
- Bezerra Jr., B. (2002). O oco da interioridade e suas repercussões sobre a clínica. In: C. A. Plastino (Org.). *Transgressões* (pp. 229-239). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Figueiredo, L. C. M. (2006). A questão do sentido, a intersubjetividade e as teorias das relações de objeto. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 19, 79-88.
- Figueiredo, L. C. M. (2009). A psicanálise e a clínica contemporânea. *Revista Contemporânea – Psicanálise e Transdisciplinaridade*, 7. Recuperado em 20 agosto, 2009, de <www.contemporaneo.org.br/contemporanea.php>.
- Forlenza Neto, O. (2004). Aplicação das idéias de Winnicott na clínica de pacientes difíceis (esquizóides, fronteirios e psicóticos). *Natureza Humana*, 6(2), 307-335.
- Freud, S. (1976a). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 17. Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1919).
- Freud, S. (1976b). Além do princípio do prazer. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1920).

- Green, A. (1988). *Sobre a loucura pessoal*. Rio de Janeiro: Imago.
- Green, A. (2001). Mythes et réalités sur le processus psychanalytique (II). De l'Abbrégé de psychanalyse à la clinique contemporaine, *Revue française de psychosomatique*, 20, 75-96.
- Green, A. (2006). Psychanalyse et/ou psychothérapie. Les voies nouvelles de la thérapeutique psychanalytique In.: A. Green (Org.). *Le voies nouvelles de la thérapeutique psychanalytique* (pp. 61-97). Paris: PUF.
- Green, A. (2008). *Orientações para uma psicanálise contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago; São Paulo: SBPSP.
- Lacan, J. (1995). *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (Seminário de 1956-1957).
- Lacan, J. (1988). *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (Seminário de 1959-1960).
- Lacan, J. (2008). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (Trabalho original publicado em 1966).
- Mayer, H. (2004). A técnica ante os desafios clínicos da atualidade. In: M. R. Cardoso (Org.). *Limites* (pp. 80-88). São Paulo: Escuta.
- Melman, C. (2003). *Novas formas clínicas no início do terceiro milênio*. Porto Alegre: CMC Editora.
- Melman, C. (2008). *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço; entrevistas por Jean-Pierre Lebrun*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Melman, C. (2009). *La nouvelle économie psychique – la façon de penser et de jouir aujourd'hui*. Paris: Érès.
- Roudinesco, E. (2000). *Por que a psicanálise?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Roussillon, R. (2005). Aménagements de cadre analytique. In: F. Richard & F. Urribarri (Dirs.). *Autor de l'oeuvre d'André Green – Enjeux pour une psychanalyse contemporaine* (pp. 53-65). Paris: PUF.
- Smadja, C. (2005). Transformations contemporaines de la méthode et du cadre analytiques. In: F. Richard & F. Urribarri (Dirs.). *Autor de l'oeuvre d'André Green – Enjeux pour une psychanalyse contemporaine* (pp. 66-79). Paris: PUF.
- Winnicott, D. (2000). *Da pediatria à psicanálise. Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago.

Notas

- ¹ Fonte: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/03/090310_brasilinternetml.shtml>, acesso em 20/08/2009. Os números apresentados sofrem pequena alteração em outras pesquisas consultadas.

- ² Fonte: <http://www.nickburcher.com/2012/01/facebook-usage-statistics-by-country.html?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3ANickBurcher+%28nick+burcher%29&mid=56>, acesso em 20/02/2012.
- ³ Participaram da pesquisa dezenove dos vinte e nove institutos da APA, além de quatro sociedades independentes.

Recebido em 19 de dezembro de 2011

Aceito para publicação em 09 de maio de 2012